



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO



## PREGÃO ELETRÔNICO N° 043/2013

Regido pela Lei n° 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decretos n° 6.204/2007, n° 5.450/2005, n° 3.555/2000 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/1993.

**Tipo:** Menor Preço

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos de áudio e gravação assim como serviços de instalação, atendimento, treinamento e suporte técnico, conforme as especificações do Anexo I deste Edital.

### SESSÃO PÚBLICA PARA FORMULAÇÃO DE LANCES

Consultar o portal [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

### LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTA EDITAL

**Dia** Segunda a sexta-feira

**Hora** Das 8h às 18h - horário de Brasília-DF

**Local** Divisão de Licitações e Contratos, situada no Fórum Trabalhista de Goiânia, à Avenida T-1, esquina com a Rua T-51, Lotes 1 a 24, Quadra T-22, 7º andar, Setor Bueno, Goiânia/GO - CEP: 74.215-901.

**Retire o edital gratuitamente pelos portais**  
[www.trt18.jus.br](http://www.trt18.jus.br) e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2013****PROCESSO Nº 1440/2013**

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, neste ato representado por seu (sua) Pregoeiro (a), designado(a) pela Portaria TRT 18ª GP/DG nº 001/2012, de 28 de maio de 2012, torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei nº 10.520/2002, dos Decretos nº 5.450/2005, nº 3.555/2000, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204 de 05 de setembro de 2007, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993, realizará licitação na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO****DIA:** 11/07/2013**HORÁRIO:** 14:00 horas**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília-DF**1 DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

1.1 Contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos de áudio e gravação das sessões realizadas nas Sala de Sessões do Tribunal Pleno, e as 2 (duas) Salas da 1ª a 3ª Turmas Julgadoras deste Tribunal. Contempla ainda serviços de instalação, atendimento, treinamento e suporte técnico, conforme as especificações do Anexo I deste Edital, de acordo com a tabela abaixo e demais informações a seguir dispostas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	<b>Mesa de Som - Mixer Digital</b>  - 40 canais de mixagem simultânea com processamento digital, em 24-bit/96 kHz; - Cobre todas as aplicações, entre Gravação em Multi-Canal, mixagem estéreo.  <b>Características de hardware</b> - 17 faders de 100 mm motorizados; - Os Faders podem ajustar os níveis para as entradas de canais, Aux Sends e Saídas; - Quatro camadas de software selecionáveis	3

determinam a função dos faders de canal;

- LCD com 320 x 240 pontos;
- Os botões e controles na seção SELECTED CHANNEL habilita a edição direta dos parâmetros de mixagem;
- 8 chaves podem ser definidas pelo usuário para controlar os parâmetros internos do mixer.
- Conector Ótico padrão ADAT;
- Um Slot de expansão para I/O digital para cartões opcionais DA e AD.

**Especificações sônicas**

- Conversores A/D linear 24-bit, 128-times oversampling;
- Conversores D/A linear 24-bit, 128-times oversampling;
- Resposta de frequência de 20 Hz a 40 kHz com amostragem em 96 kHz;
- 106 dB de alcance dinâmico;
- Processamento interno em 32-bits (58-bits acumulador);

**Entradas e Saídas**

- 12 entradas Mic/Line com Phantom Power selecionável +48 V e 4 entradas de linha;
- 12 Inserts Analógicos;
- Qualquer Saída ou Insert podem ser endereçadas aos OMNI OUTS;
- Saídas individuais para Estéreo e Monitor;
- Entrada e Saída 2TR Analógicas para serem usadas com gravador de fita;
- Um Slot opcional permite a instalação de mais 16 Entradas;
- Entrada e Saída 2TR Digital;
- Duplo Canal que suporta gravar e tocar em 88.2/96 kHz ou 44.1/48 kHz, legado de gravadores digitais multicanais;

Possibilitar a ligação de dois mixer em cascata enquanto estiver no domínio digital;

Endereçamentos de entradas facilitam a tarefa de direcionamento ao canal desejado;

Endereçamentos de saída facilitam o direcionamento para o Bus de saída e saídas diretas para o conector de saída desejado.

2	<p><b>Conversor de Sinais Digital</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Audiophile 8-Channel A / D e D / A Converter com Mic Preamps Premium e interface ADAT;</li> <li>- Ultra-alta qualidade de 8 canais, compre na Big Buy, A / D e D / A conversor para virtualmente qualquer gravação digital / ambiente mistura;</li> <li>- 8 state-of-the-art, studio-grade IMP "Invisible" Mic Preamps;</li> <li>- Phantom power em todas as entradas de microfone;</li> <li>- Audiophile 24-bit A / D e D / A conversores para a integridade do sinal final;</li> </ul> <p>Processos de 44,1 e 48 kHz Taxas de amostragem;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sincronização externa, compre na Big Buy, taxa de amostra via wordclock ou entrada ADAT;</li> <li>- ADAT Optical in / out interface para a total compatibilidade;</li> <li>- Todas as entradas mic / line são direcionadas para a saída ADAT;</li> <li>- Entrada de ADAT pode ser encaminhado para todas as saídas de linha;</li> </ul>	1
3	<p><b>Cabo Óptico para Mixer Digital</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cabo de fibra óptica para áudio;</li> <li>- 02 conectores de fibra cóptica polida, transferência máxima de sinal, baixa reflexão interna e máxima qualidade de áudio digital;</li> <li>- Cabo industrializado, com alta resistência mecânica e capa de PVC de alta flexibilidade que proporciona facilidade na instalação;</li> <li>- Tampas de proteção nas 2 extremidades do cabo para evitar danos nos conectores;</li> <li>- Comprimento: 2 metros;</li> <li>- Cor do cabo: preto.</li> </ul>	1
4	<p><b>NoBreak 1200va</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Bivolt automático: entrada 115/127V~ ou 220V~ e saída 115V~;</li> <li>- Filtro de linha;</li> <li>- Estabilizador interno com 4 estágios de regulação;</li> <li>- Forma de onda senoidal por aproximação (retangular PWM);</li> <li>- DC Start: permite que o nobreak seja ligado na ausência de rede elétrica;</li> <li>- Autodiagnóstico de bateria;</li> <li>- Recarga automática das baterias em 4 estágios,</li> </ul>	3

	<p>mesmo com o nobreak desligado;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Recarregador Strong Charger: possibilita a recarga das baterias mesmo com níveis muito baixos de carga;</li> <li>- True RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica e possibilita a atuação precisa do equipamento. Ideal para redes instáveis ou com geradores de energia elétrica;</li> <li>- Microprocessador RISC/FLASH de alta velocidade: aumenta a confiabilidade e o desempenho do circuito eletrônico interno;</li> <li>- Autoteste: ao ser ligado, o nobreak testa os circuitos internos, garantindo assim o seu funcionamento ideal;</li> <li>- Interativo - regulação on-line;</li> <li>- Inversor sincronizado com a rede (sistema PLL).</li> <li>- Circuito desmagnetizador: garante o valor de tensão adequado para equipamentos de informática, áudio e vídeo (cargas não lineares);</li> <li>- Led colorido no painel frontal: indica as condições de funcionamento do nobreak - modo rede, modo inversor/bateria, final de autonomia, subtensão, sobretensão, entre outras informações;</li> <li>- Alarme audiovisual: para sinalização de eventos como queda de rede, subtensão e sobretensão, fim do tempo de autonomia e final de vida útil da bateria, entre outras informações;</li> <li>- Chave liga/desliga embutida: evita o acionamento ou desacionamento acidental;</li> <li>- Porta fusível externo com unidade reserva.</li> </ul>	
5	<p><b>Mão-de-Obra</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Para instalação e funcionamento de todos os equipamentos constantes neste Termo de Referência.</li> </ul>	1

1.2 A despesa estimada para a contratação é de R\$ R\$ 41.472,50 (quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

1.3 Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas no Comprasnet e as constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

## 2 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Esta licitação será de âmbito nacional, podendo dela  
Proc. TRT/18ª nº 1440/2013

participar empresas que satisfaçam as condições definidas neste Edital e seus Anexos.

2.2 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.2.1 Que estejam em recuperação judicial, em processo de concordata ou de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;

2.2.2 Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, ou ainda, cooperativas;

2.2.3 Que estejam com o direito de licitar suspenso e impedida de contratar com este Tribunal, nos termos do inciso III do art. 87, da Lei nº 8.666/1993 ou art. 28 do Decreto 5.450/2005;

2.2.4 Que tenham sido declaradas inidôneas, nos termos do inciso IV do art. 87, da Lei nº 8.666/1993;

2.2.5 Estrangeiras que não funcionem no País;

2.2.6 Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão; e

2.2.7 Quaisquer interessados que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993.

2.3 Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.

2.3.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital; e

2.3.2 A simples apresentação da proposta corresponderá à declaração de inexistência de fatos impeditivos da participação do interessado na presente licitação e eximirá o(a) Pregoeiro(a) do disposto no art. 97 da Lei nº 8.666/1993.

### **3 DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES**

3.1 Poderão participar deste pregão os interessados que estiverem

previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

3.1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha que poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF;

3.1.2 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua inteira responsabilidade, bem assim quaisquer transações efetuadas diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRT da 18ª Região a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.1.3 A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso; e

3.1.4 O credenciamento perante o provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico e assumirá como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.2.1 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## **4 DO CRITÉRIO PARA JULGAMENTO**

4.1 No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que apresentar as especificações contidas neste Edital e ofertar o **menor preço global**, na forma do subitem 15.1.4, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

## 5 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 A proposta deverá ser formulada e encaminhada exclusivamente por meio do sistema eletrônico (Comprasnet), até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.1.1 A proposta deve apresentar, para cada item, o valor total por equipamento/serviço cotado, sendo obrigatório, sob pena de desclassificação, o preenchimento do campo "descrição detalhada do objeto", onde deverão ser transcritas as especificações sucintas do serviço ofertado em conformidade com o estabelecido no item 3 do Anexo I deste Edital e, ainda, os dispostos nos subitens 15.1.5 a 15.1.8 cuja omissão ou contrariedade implica na aceitação dos prazos e valor indicados; e

5.1.2 O valor proposto englobará todas as despesas com mão-de-obra, impostos, encargos sociais e previdenciários, taxas, seguros, transportes e qualquer outra que incida ou venha a incidir sobre o objeto da presente contratação.

5.2 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.3 Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.4 Os licitantes enquadrados como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), para que possam gozar dos benefícios outorgados pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar por ocasião do envio da proposta, sob as penas da lei, em campo próprio do Sistema, que atendem aquela condição.

5.4.1 A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, sujeitará o licitante às sanções previstas no Código Penal e neste Edital.

5.5 Os erros, equívocos e omissões havidos nas propostas serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, em caso de classificação, eximir-se da execução do objeto da presente licitação.

5.6 A proposta deverá ser firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, devendo o proponente se limitar às

especificações deste Edital.

5.7 Não serão aceitas propostas que apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

5.8 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou com irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

5.8.1 Qualquer elemento que possa identificar o licitante, importa igualmente a desclassificação da proposta.

## **6 DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

6.1 A sessão pública deste Pregão eletrônico, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) designado(a), ocorrerá em data e horário indicados neste Edital, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

6.1.1 A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

6.2 Aberta a sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que estejam desconformes com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.1 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento, em tempo real, por todos os participantes.

6.3 O sistema ordenará automaticamente somente as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), as quais participarão da fase de lances.

6.4 O(A) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.4.1 Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR TOTAL DOS ITENS**, sendo que o sistema calculará automaticamente o valor total do grupo.

6.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e inferiores aos últimos por ele ofertados e registrados pelo sistema, e caso haja 02 (dois) ou mais lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.6 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.7 Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.

6.8 A etapa de lances da sessão pública será encerrada a critério do(a) Pregoeiro(a).

6.9 O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.10 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a) durante a etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.11 Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

## **7 DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

7.1 Após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

7.1.1 A microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos contados a partir do envio da mensagem automática do sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

7.1.2 Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará os licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na

condição prevista no subitem 7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

7.1.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na condição prevista no subitem 7.1, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente o vencedor para o encaminhamento da oferta final do desempate.

7.2 Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente melhor classificada do certame, se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação e esta for considerada habilitada.

## **8 DA NEGOCIAÇÃO**

8.1 Encerrada a etapa de lances, observado o item anterior, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a futura contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

8.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **9 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

9.1 Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o licitante deverá encaminhar ao(à) Pregoeiro(a) por meio do fax (62) 3901-3530 ou pelo e-mail [cpl@trt18.jus.br](mailto:cpl@trt18.jus.br), no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação no sistema eletrônico, a proposta de preços ajustada ao lance final.

9.1.1 A proposta original deverá ser encaminhada, **sob pena de desclassificação**, via Sedex ou postagem similar, juntamente com os documentos de habilitação, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da solicitação do (a) Pregoeiro (a), à Divisão de Licitações e Contratos deste Tribunal, situada no Fórum Trabalhista de Goiânia, na Avenida T-1, esquina com a Rua T-51, Lotes 1 a 24, Quadra T-22, 7º andar, Setor Bueno, em Goiânia/GO.; e

**9.1.2 O licitante vencedor deverá apresentar documento que**

indique a composição societária da empresa vencedora, de sorte a comprovar nos autos a legitimidade de representação e, na hipótese de não ser sócio-administrador da empresa, procuração que demonstre tratar-se de pessoa detentora de poderes para representá-la, bem como cópia autenticada de sua cédula de identidade.

9.1.3 Todo e qualquer documento a ser firmado pelos licitantes deverá consignar expressamente o nome da pessoa signatária, não tendo o condão de suprir essa necessidade quaisquer outras referências, como "representante legal da empresa", o registro do nome da empresa etc.

9.2 O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer dos Assessores Técnicos deste Tribunal para orientar sua decisão quanto à aceitabilidade, ou não, da proposta.

9.3 Se a proposta não for aceitável, se o licitante não atender às exigências habilitatórias ou deixar de reenviar a proposta, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

## **10 DA HABILITAÇÃO DOS LICITANTES**

10.1 Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar a seguinte documentação:

10.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, tratando-se de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição e posse de seus administradores;

10.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

10.1.4 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.1.5 Prova de regularidade para com a:

10.1.5.1 Fazenda Federal, consistindo na apresentação de certidão conjunta expedida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

10.1.5.2 Fazenda Estadual do domicílio ou da sede do licitante, mediante certidão emitida pela Secretaria da

Fazenda Estadual ou órgão correspondente, dando quitação, no mínimo, em relação ao ICMS; e

10.1.5.3 Fazenda Municipal do domicílio ou da sede do licitante, mediante certidão emitida pela Secretaria de Finanças Municipal ou órgão correspondente, dando quitação, no mínimo, em relação ao ISS.

10.1.6 Certidão Negativa de Débito (CND) perante o INSS, ou outro meio de prova de regularidade relativa à Seguridade Social, devidamente atualizada;

10.1.6.1 Caso a empresa licitante não apresente a CND, o(a) Pregoeiro(a) verificará a regularidade pela consulta à base de dados da Previdência Social, pela internet.

10.1.7 Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado;

10.1.7.1 Caso a empresa licitante não apresente o CRF, o(a) Pregoeiro(a) verificará a regularidade pela consulta à base de dados da Caixa Econômica Federal, pela internet.

10.1.8 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.1.9 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos de idade;

10.1.10 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, ou seja, fornecimento e instalação de equipamentos de som e gravação de áudio, mediante a apresentação de pelo menos um atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

**10.1.11 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos moldes do art. 27, inciso IV, e art. 29, inciso V, ambos da lei nº 8.666/1993, com redação dada pela Lei nº 12.440/2011.**

**10.1.11.1 A CNDT poderá ser expedida eletrônica e gratuitamente no portal do Tribunal Superior do**

Proc. TRT/18ª nº 1440/2013

Trabalho na rede mundial de computadores  
(<http://www.tst.jus.br/certidao>);

10.1.11.2 A aceitação da CNDT poderá ser condicionada à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho; e

10.1.11.3 Não serão aceitas certidões negativas de âmbito regional expedidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho.

10.2 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, mediante consulta "online", e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

**10.3 Os licitantes que estiverem em situação regular no SICAF poderão deixar de apresentar os documentos solicitados nos subitens 10.1.1 a 10.1.8.**

10.4 Os documentos descritos nos subitens 10.1.10 e 10.1.11 deverão ser encaminhados por todos os licitantes, independentemente de sua situação cadastral junto ao SICAF.

10.5 A situação descrita no subitem 10.1.9 deverá ser declarada em campo próprio do sistema eletrônico. Os demais documentos do subitem 10.1 deverão ser encaminhados ao(à) Pregoeiro(a), **para aqueles que não possuem SICAF**, no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação no sistema eletrônico, por meio do fax nº (62)3901-3530.

10.5.1 Aqueles que estiverem com qualquer documentação vencida no SICAF, deverão apresentá-la atualizada, conforme as condições estabelecidas no subitem anterior.

10.6 Os documentos solicitados no subitem 10.1, exceto o 10.1.9, deverão, também, ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, podendo ser encaminhados via Sedex ou postagem similar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da solicitação do(a) Pregoeiro(a), à Divisão de Licitações e Contratos deste Tribunal, situada no Fórum Trabalhista de Goiânia, na Avenida T-1, esquina com a Rua T-51, Lotes 1 a 24, Quadra T-22, 7º andar, Setor Bueno, em Goiânia/GO., **para aqueles que não possuem SICAF, ou que possuem alguma restrição.**

10.7 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

10.8 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

10.9 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.9.1 Em nenhum outro caso será concedida prorrogação para a apresentação de documentos de habilitação que não forem enviados no prazo estabelecido.

10.10 Os documentos relacionados neste Edital referir-se-ão sempre ao domicílio da empresa cadastrada no SICAF.

10.11 Os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, admitida a nomenclatura técnica específica.

10.11.1 Quaisquer documentos apresentados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para o idioma oficial do Brasil.

10.12 A etapa de habilitação compreenderá a verificação e análise dos documentos de habilitação do licitante que tenha apresentado o menor preço na etapa de lances, relativamente ao atendimento das exigências constantes deste Edital.

10.13 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o(a) Pregoeiro(a) declarará o proponente inabilitado.

10.14 Os documentos terão validade expressa ou estabelecida em lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.

10.15 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública desta licitação constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

10.16 No julgamento da licitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar

erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

## **11 DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

11.1 Decairá do direito de impugnação dos termos deste Edital perante esta Corte, aquele que não o fizer até dois dias úteis antes da data designada para a realização da sessão do pregão, apontando as falhas e irregularidades que o viciariam, mediante petição enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [cpl@trt18.jus.br](mailto:cpl@trt18.jus.br).

11.1.1 Caberá ao(à) Pregoeiro(a) decidir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas sobre a impugnação interposta.

11.1.2 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, poderá, conforme o caso, ser definida e publicada nova data para realização do certame.

11.2 Os pedidos de esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto da presente licitação deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico para o endereço [cpl@trt18.jus.br](mailto:cpl@trt18.jus.br).

11.3 Os esclarecimentos de dúvidas a respeito de condições deste Edital serão divulgados mediante publicação de notas na página web, no endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), cabendo aos licitantes o ônus de acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

11.4 A formulação da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

## **12 DO RECURSO**

12.1 Declarado o vencedor, o(a) Pregoeiro(a) abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, imediata e motivadamente, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

12.2 O(A) Pregoeiro(a) fará juízo de admissibilidade da intenção

de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

12.3 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita terá o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar as contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.3.1 O encaminhamento das razões de recurso, bem assim das contra-razões, será realizado exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campos próprios e específicos para tal finalidade.

12.4 O recurso e a impugnação contra a decisão do(a) Pregoeiro(a) não terão efeito suspensivo.

12.5 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência desse direito, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado(a) a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.6 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 Se não reconsiderar sua decisão, o(a) Pregoeiro(a) submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

12.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Divisão de Licitações e Contratos, situada no Fórum Trabalhista de Goiânia, à Avenida T-1, esquina com a Rua T-51, Lotes 1 a 24, Quadra T-22, 7º andar, Setor Bueno, Goiânia/GO - CEP: 74.215-901, nos dias úteis, das 8 às 18 horas.

## **13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores deste Tribunal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação, o licitante que:

- 13.1.1 Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
- 13.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.3 Não mantiver a proposta;
- 13.1.4 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 13.1.5 Comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.6 Fizer declaração falsa; ou
- 13.1.7 Cometer fraude fiscal.

13.2 Com fundamento no art. 7º da Lei 10.520/2002 e nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

13.2.1 Advertência;

13.2.2 Multas, conforme abaixo especificado:

13.2.2.1 Expirado o prazo da entrega e instalação do material, sem a sua efetivação, e o não cumprimento dos demais prazos estipulados na nota de empenho, aplicar-se-á a multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da nota de empenho, observado o limite de dez por cento, salvo se o atraso advier de caso fortuito, motivo de força maior e outras justificativas, devidamente comprovadas e acatadas pela Administração;

13.2.2.2 Será de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, a multa no caso de rescisão da contratação por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da contratada, não se eximindo esta pelas reparações dos prejuízos e das demais sanções cabíveis;

13.2.2.3 O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante, ou ainda cobrada diretamente da contratada, amigável ou judicialmente;

13.2.2.4 Se os valores do pagamento forem  
Proc. TRT/18ª nº 1440/2013

insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de até 10 (dez) dias, contados da comunicação oficial.

13.2.3 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a União, pelo prazo de até 05 (cinco) anos; e

13.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/1993.

13.3 A aplicação das multas não impede, a critério da Administração, a aplicação das demais sanções a que se refere o subitem 13.2 e seus subitens.

13.4 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para o adjudicatário, na forma da lei.

13.5 As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e, desde que formuladas no prazo máximo de cinco dias úteis da data do vencimento estipulada para o cumprimento do objeto desta contratação.

13.6 No caso de atraso na entrega dos materiais por mais de dois dias úteis, o CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, rescindir a contratação, podendo ficar a CONTRATADA impedida de participar de licitações e/ou contratar com o mesmo por período de até cinco anos.

13.7 Na hipótese em que a CONTRATADA deixe de manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, o CONTRATANTE poderá rescindir a contratação, garantidos o contraditório e a ampla defesa, bem como executar a garantia, se houver, para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

## **14 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1 Na hipótese de inexistência de recursos, o(a) Pregoeiro(a) promoverá a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, com posterior encaminhamento do processo para

homologação pela autoridade competente.

14.2 Na hipótese de existência de recursos, o processo será encaminhado à autoridade competente para julgamento e, em caso de improvimento, adjudicação do objeto ao licitante vencedor e homologação da licitação.

## 15 DA PROPOSTA DEFINITIVA

15.1 A proposta definitiva deverá conter:

15.1.1 Nome e/ou razão social do licitante, CNPJ e endereço completo;

15.1.2 Indicação do banco, número da conta corrente e da agência (código e endereço) do licitante, bem como nome, número da Carteira de Identidade e CPF do representante da empresa;

15.1.3 Prazo de validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital; caso a proposta omita o prazo de validade, este será entendido como sendo o de 60 (sessenta) dias;

15.1.4 O item, a especificação, a quantidade, o preço unitário por item, o preço total por item e o valor global da proposta, expressos em valores numéricos da moeda corrente nacional, conforme quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	<p><b>Mesa de Som - Mixer Digital</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 40 canais de mixagem simultânea com processamento digital, em 24-bit/96 kHz.</li> <li>- Cobre todas as aplicações, entre Gravação em Multi-Canal, mixagem estéreo</li> </ul> <p><b>Características de hardware</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 17 faders de 100 mm motorizados</li> <li>- Os Faders podem ajustar os níveis para as entradas de canais, Aux Sends e Saídas;</li> <li>- Quatro camadas de software selecionáveis determinam a função dos faders de canal.</li> <li>- LCD com 320 x 240 pontos.</li> <li>- Os botões e controles na seção SELECTED CHANNEL habilita a edição direta dos parâmetros de mixagem.</li> </ul>	3	R\$	R\$

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 8 chaves podem ser definidas pelo usuário para controlar os parâmetros internos do mixer.</li> <li>- Conector Ótico padrão ADAT;</li> <li>- Um Slot de expansão para I/O digital para cartões opcionais DA e AD.</li> </ul> <p><b>Especificações sônicas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conversores A/D linear 24-bit, 128-times oversampling;</li> <li>- Conversores D/A linear 24-bit, 128-times oversampling;</li> <li>- Resposta de frequência de 20 Hz a 40 kHz com amostragem em 96 kHz;</li> <li>- 106 dB de alcance dinâmico;</li> <li>- Processamento interno em 32-bits (58-bits acumulador)</li> </ul> <p><b>Entradas e Saídas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 12 entradas Mic/Line com Phantom Power selecionável +48 V e 4 entradas de linha</li> <li>- 12 Inserts Analógicos</li> <li>- Qualquer Saída ou Insert podem ser endereçadas aos OMNI OUTS</li> <li>- Saídas individuais para Estéreo e Monitor</li> <li>- Entrada e Saída 2TR Analógicas para serem usadas com gravador de fita</li> <li>- Um Slot opcional permite a instalação de mais 16 Entradas.</li> <li>- Entrada e Saída 2TR Digital.</li> <li>- Duplo Canal que suporta gravar e tocar em 88.2/96 kHz ou 44.1/48 kHz, legado de gravadores digitais multi canais.</li> </ul> <p>Possibilitar a ligação de dois mixer em cascata enquanto estiver no domínio digital. Endereçamentos de entradas facilitam a tarefa de direcionamento ao canal desejado.</p> <p>Endereçamentos de saída facilitam o direcionamento para o Bus de saída e saídas diretas para o conector de saída desejado.</p>			
2	<p><b>Conversor de Sinais Digital</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Audiophile 8-Channel A / D e D / A Converter com Mic Preamps Premium e interface ADAT;</li> <li>- Ultra-alta qualidade de 8 canais, compre na Big Buy, A / D e D / A conversor para virtualmente qualquer gravação digital / ambiente mistura;</li> <li>- 8 state-of-the-art, studio-grade IMP</li> </ul>	1	R\$	R\$

	<p>"Invisible" Mic Preamps;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Phantom power em todas as entradas de microfones;</li> <li>- Audiophile 24-bit A / D e D / A conversores para a integridade do sinal final;</li> <li>Processos de 44,1 e 48 kHz Taxas de amostragem;</li> <li>- Sincronização externa, compre na Big Buy, taxa de amostra via wordclock ou entrada ADAT;</li> <li>- ADAT Optical in / out interface para a total compatibilidade;</li> <li>- Todas as entradas mic / line são direcionadas para a saída ADAT;</li> <li>- Entrada de ADAT pode ser encaminhado para todas as saídas de linha;</li> </ul>			
3	<p><b>Cabo Óptico para Mixer Digital</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cabo de fibra óptica para áudio;</li> <li>- 02 conectores de fibra óptica polida, transferência máxima de sinal, baixa reflexão interna e máxima qualidade de áudio digital;</li> <li>- Cabo industrializado, com alta resistência mecânica e capa de PVC de alta flexibilidade que proporciona facilidade na instalação;</li> <li>- Tampas de proteção nas 2 extremidades do cabo para evitar danos nos conectores;</li> <li>- Comprimento: 2 metros;</li> <li>- Cor do cabo: preto.</li> </ul>	1	R\$	R\$
4	<p><b>NoBreak 1200va</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Bivolt automático: entrada 115/127V~ ou 220V~ e saída 115V~.</li> <li>- Filtro de linha;</li> <li>- Estabilizador interno com 4 estágios de regulação.</li> <li>- Forma de onda senoidal por aproximação (retangular PWM).</li> <li>- DC Start: permite que o nobreak seja ligado na ausência de rede elétrica.</li> <li>- Autodiagnóstico de bateria.</li> <li>- Recarga automática das baterias em 4 estágios, mesmo com o nobreak desligado.</li> <li>- Recarregador Strong Charger: possibilita a recarga das baterias mesmo com níveis muito baixos de carga.</li> <li>- True RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica e possibilita a atuação precisa do equipamento. Ideal para redes instáveis ou com geradores de energia elétrica.</li> <li>- Microprocessador RISC/FLASH de alta</li> </ul>	3	R\$	R\$

	<p>velocidade: aumenta a confiabilidade e o desempenho do circuito eletrônico interno.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Autoteste: ao ser ligado, o nobreak testa os circuitos internos, garantindo assim o seu funcionamento ideal.</li> <li>- Interativo - regulação on-line.</li> <li>- Inversor sincronizado com a rede (sistema PLL).</li> <li>- Circuito desmagnetizador: garante o valor de tensão adequado para equipamentos de informática, áudio e vídeo (cargas não lineares).</li> <li>- Led colorido no painel frontal: indica as condições de funcionamento do nobreak - modo rede, modo inversor/bateria, final de autonomia, subtensão, sobretensão, entre outras informações.</li> <li>- Alarme audiovisual: para sinalização de eventos como queda de rede, subtensão e sobretensão, fim do tempo de autonomia e final de vida útil da bateria, entre outras informações.</li> <li>- Chave liga/desliga embutida: evita o acionamento ou desacionamento acidental.</li> <li>- Porta fusível externo com unidade reserva.</li> </ul>			
5	<p><b>Mão-de-Obra</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Para instalação e funcionamento de todos os equipamentos constantes neste Termo de Referência.</li> </ul>	1	R\$	R\$
<b>VALOR GLOBAL</b>				R\$

15.1.5 A empresa deverá apresentar juntamente com a proposta, o Atestado de Vistoria ou Declaração constantes do item 19 deste edital.

15.2 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

15.3 Será desconsiderada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e em seus anexos.

15.4 O(A) Pregoeiro(a), em qualquer fase do procedimento, poderá promover diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, e os licitantes deverão atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da intimação.

15.5 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor.

15.6 Se a proposta não for aceita ou se o licitante não atender às exigências habilitadoras, em descumprimento dos requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada e o(a) Pregoeiro(a) examinará as propostas subsequentes na ordem de classificação, até a obtenção de uma que atenda ao Edital.

## **16 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

16.1 Em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, o objeto desta licitação será recebido da seguinte forma:

16.1.1 **Provisoriamente**, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações; e

16.1.2 **Definitivamente**, em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, e da instalação após a verificação da qualidade do objeto e conformidade com as especificações.

16.2 A adjudicatária deverá entregar os produtos instalados, configurados e integrados ao ambiente do CONTRATANTE, acompanhados da nota de empenho e nota fiscal para conferência, no Núcleo de Comunicação Social, localizada na Rua T-51 com a Av. T-1, Fórum Trabalhista de Goiânia, 8º andar, no período das 8 às 18 horas, em dias úteis.

16.3 Todo o material utilizado para a instalação e integração do equipamento à estrutura já existente será de responsabilidade da CONTRATADA.

## **17 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

17.1 Será emitida nota de empenho em favor da empresa adjudicatária, após a homologação da licitação, caso se efetive a contratação.

17.2 O pagamento será efetuado até o quinto dia útil, nos casos em que o valor contratado estiver dentro do limite da dispensa de licitação, previsto no inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93 e até o décimo dia útil acima deste limite, após a entrega e instalação dos equipamentos, mediante seu recebimento definitivo e com a

apresentação da correspondente nota fiscal/fatura ou congênera atestada pela autoridade competente, ocasião em que serão verificados a Certidão Negativa de Débito - CND junto ao INSS, o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, bem como a prova de Regularidade para com a Fazenda Federal e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

17.2.1 As notas fiscais/faturas deverão ser recebidas somente pelo gestor/fiscal do contrato, mediante a aposição de carimbo, no qual seja consignada a data e a hora do seu recebimento.

17.2.2 Para execução do pagamento, o contratado deverá fazer constar da nota fiscal/fatura correspondente, emitida sem emendas, rasuras ou borrões, em letra bem legível, em nome do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, CNPJ nº 02.395.868/0001-63, o nome do Banco, o número de sua conta bancária e a respectiva Agência. Caso o contratado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

17.3 Na ocorrência da rejeição de nota fiscal/fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no subitem 17.2 passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, examinadas as causas da recusa.

17.4 Todos os pagamentos serão submetidos ao que estabelece a Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012 da Secretaria da Receita Federal, publicada no DOU de 12/01/2012.

17.5 Em cumprimento à Instrução Normativa n.º RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal, este Tribunal reterá, na fonte, o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observados os procedimentos previstos na referida Instrução Normativa.

17.5.1 Não serão retidos os valores correspondentes ao IRPJ e às contribuições de que trata a Instrução Normativa n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, nos pagamentos efetuados a:

17.5.1.1 instituições de educação e de assistência

social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10/12/1997;

17.5.1.2 instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997; e

17.5.1.3 pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias.

17.5.2 Para efeito do disposto no subitem acima, a empresa vencedora deverá apresentar, a cada pagamento, declaração ao Contratante, na forma dos Anexos II, III e IV da referida Instrução Normativa, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal.

17.6 As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária consignada ao Programa de Trabalho 02.061.0571.4256.0052 - Apreciação de Causas da Justiça do Trabalho, Elemento da Despesa 339039 - Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica, 339030 - Material de Consumo, 449052 - Equipamento e Material Permanente.

17.7 Para efeito da emissão de nota fiscal, o número da inscrição no CNPJ do TRT é 02.395.868/0001-63.

17.8 A empresa vencedora do certame deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

17.9 Por razões de ordem legal e orçamentária que regem as atividades da Administração Pública, os serviços efetuados em determinado exercício (ano civil) não poderão ser faturados tendo como referência o ano seguinte.

17.10 A empresa deverá, obrigatoriamente, possuir conta bancária vinculada ao seu CNPJ, ficando o pagamento condicionado à informação dos dados dessa conta corrente na nota fiscal ou fatura de serviços.

## **18 DO REAJUSTE**

18.1 Os preços ofertados nesta licitação manter-se-ão fixos.

19.1 Os licitantes devem vistoriar individualmente, salvo condição expressa no subitem 19.2, para averiguação, correndo por sua conta os custos respectivos, a configuração atual dos equipamentos e outros detalhes técnicos necessários à execução dos serviços, dirigindo-se previamente ao Núcleo de Comunicação, localizado no Fórum Trabalhista de Goiânia - Avenida T-1, esq. c/ Rua T-51, Lts 1 a 24, Qd T-22, 8º andar, Setor Bueno, Goiânia/GO para os esclarecimentos que se fizerem necessários, até 01 dia anterior à sessão, devendo agendar sua visita no Núcleo de Comunicação Social pelo telefone (062) 3901-3238 ou 3901-3239 no horário das 8 às 17 horas, em dias úteis, **oportunidade em que será fornecido o Atestado de Vistoria, que deverá ser apresentado, juntamente com a proposta.**

19.1.1 A vistoria constante do subitem precedente terá por objetivo a conferência de todas as especificações técnicas relativas ao objeto da presente contratação e verificação das peculiaridades dos locais dos serviços, ficando sob a responsabilidade do licitante quaisquer ônus futuros decorrentes de dificultadores e/ou dados que porventura não tenham sido previstos.

19.2 A declaração do licitante de que conhece a configuração atual dos equipamentos, as condições locais para a execução do serviço ou de que prestará os serviços e fornecerá os equipamentos conforme descritos no Anexo I deste Edital, independente de qualquer vistoria, supre a necessidade de visita técnica.

## **20 DO PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA TÉCNICA**

20.1 - O prazo de garantia mínimo do equipamento, instalação e funcionamento, relativa a defeitos aparentes e ocultos será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir de seu recebimento definitivo. Importante destacar que a empresa contratada se obriga a manter assistência técnica permanente na cidade-sede do contratante.

20.2 - As peças, partes de peças, componentes e outros materiais necessários para execução da garantia devem ser originais, admitindo-se substituição por similar de boa qualidade, apenas quando a CONTRATADA não visar a redução de custos para si e houver justificativa escrita prévia, fundamentada e aceita pelo CONTRATANTE;

20.3 - O CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a comprovação da procedência original de peças, partes de peças, componentes e outros materiais necessários, inclusive através de Notas Fiscais.

## 21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 É facultado ao (à) Pregoeiro(a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

21.2 A Chefe do Núcleo de Comunicação Social, Sra. Márcia Divina Bueno Rosa atuará como gestora/fiscal da contratação a ser firmada, e na sua ausência pelo seu substituto legal, o Sr. Ivo de Oliveira dos Santos, cumprindo as determinações contidas na Portaria TRT 18º GP/DG nº 147/2007, devendo exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização e acompanhamento de todas as fases de execução das obrigações e do desempenho da empresa a ser contratada.

21.3 O CONTRATADO fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

21.4 É admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução da contratação, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão da contratação.

21.5 A participação na presente licitação implica a concordância tácita, por parte do interessado, com todos os termos e condições do presente Edital.

21.6 Nos termos do artigo 4º da Resolução nº 156, de 8 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, **é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação da contratação de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do CONTRATANTE para o exercício de funções de chefia, pessoas condenadas em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado por:**

I - atos de improbidade administrativa;

II - crimes:

a) contra a administração pública;

b) contra a incolumidade pública;

- c) contra a fé pública;
- d) hediondos;
- e) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;
- f) de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;
- g) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- h) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

**21.6.1 Na mesma proibição incidem aqueles que tenham:**

I - praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público;

II - sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

III - tido suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente.

21.7 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

21.8 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Decreto nº 5.450/2005.

21.9 Quaisquer esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto da presente licitação, inclusive com o pleno e irrestrito acesso aos autos, onde se tem o orçamento estimativo dos preços máximos que a administração se dispõe a pagar, poderão ser obtidas junto à Divisão de Licitações e Contratos, situada no Fórum Trabalhista de Goiânia, à Avenida T-1, esquina com a Rua T-51, Lotes 1 a 24, Quadra T-22, 7º andar, Setor Bueno, Goiânia/GO - CEP: 74.215-901, ou pelos telefones 062-3901.3610 e 062-3901.3530 (fax), em dias úteis, no período das 8 às 18 horas, ou pelo e-mail: [cpl@trt18.jus.br](mailto:cpl@trt18.jus.br).

**P.J.U.- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO**

**30**

20.9.1 Os esclarecimentos de dúvidas a respeito de condições deste Edital serão divulgados mediante publicação de notas na página web, no endereço [www.trt18.jus.br](http://www.trt18.jus.br), cabendo aos licitantes o ônus de acessá-lo para a obtenção das informações prestadas pela Divisão de Licitações e Contratos.

21.10 Constituem partes integrantes deste Edital:

20.10.1 ANEXO I - Termo de Referência, com 10(dez) páginas;

21.11 O presente Edital é composto de 40 (quarenta) páginas.

Goiânia, 24 de junho de 2013 .

**MAÍSA BUENO MACHADO  
PREGOEIRA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2013****ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1 - APRESENTAÇÃO**

O presente termo tem por finalidade, a aquisição de equipamentos de áudio e gravação das sessões realizadas nas Sala de Sessões do Tribunal Pleno, e as 2 (duas) Salas da 1ª a 3ª Turmas Julgadoras deste Tribunal. Contempla ainda serviços de instalação, atendimento, treinamento e suporte técnico.

**2 - JUSTIFICATIVA**

A aquisição de novos equipamentos de som e gravação de áudio faz-se necessária, uma vez que o material Mini-Disco hoje utilizado está saindo de linha, tendo, então, dificuldades para aquisição do referido produto no mercado. Atualmente, utilizam este material para gravação das sessões, o Tribunal Pleno e 1ª, 2ª e 3ª Turmas Julgadoras. Dessa forma, esses equipamentos encontram-se obsoletos e inadequados, sendo a sua substituição necessária e urgente.

**3 - ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS E SERVIÇOS**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	<p><b>Mesa de Som - Mixer Digital</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- 40 canais de mixagem simultânea com processamento digital, em 24-bit/96 kHz.</li><li>- Cobre todas as aplicações, entre Gravação em Multi-Canal, mixagem estéreo</li></ul> <p><b>Características de hardware</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- 17 faders de 100 mm motorizados</li><li>- Os Faders podem ajustar os níveis para as entradas de canais, Aux Sends e Saídas;</li><li>- Quatro camadas de software selecionáveis determinam a função dos faders de canal.</li></ul>	03

- LCD com 320 x 240 pontos.
- Os botões e controles na seção SELECTED CHANNEL habilita a edição direta dos parâmetros de mixagem.
- 8 chaves podem ser definidas pelo usuário para controlar os parâmetros internos do mixer.
- Conector Ótico padrão ADAT;
- Um Slot de expansão para I/O digital para cartões opcionais DA e AD.

#### **Especificações sônicas**

- Conversores A/D linear 24-bit, 128-times oversampling;
- Conversores D/A linear 24-bit, 128-times oversampling;
- Resposta de frequência de 20 Hz a 40 kHz com amostragem em 96 kHz;
- 106 dB de alcance dinâmico;
- Processamento interno em 32-bits (58-bits acumulador)

#### **Entradas e Saídas**

- 12 entradas Mic/Line com Phantom Power selecionável +48 V e 4 entradas de linha
  - 12 Inserts Analógicos
  - Qualquer Saída ou Insert podem ser endereçadas aos OMNI OUTS
  - Saídas individuais para Estéreo e Monitor
  - Entrada e Saída 2TR Analógicas para serem usadas com gravador de fita
  - Um Slot opcional permite a instalação de mais 16 Entradas.
  - Entrada e Saída 2TR Digital.
  - Duplo Canal que suporta gravar e tocar em 88.2/96 kHz ou 44.1/48 kHz, legado de gravadores digitais multi canais.
- Possibilitar a ligação de dois mixer em cascata enquanto estiver no domínio digital.
- Endereçamentos de entradas facilitam a tarefa de direcionamento ao canal desejado.
- Endereçamentos de saída facilitam o direcionamento para o Bus de saída e saídas diretas para o conector de saída desejado.

02	<p><b>Conversor de Sinais Digital</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Audiophile 8-Channel A / D e D / A Converter com Mic Preamps Premium e interface ADAT;</li> <li>- Ultra-alta qualidade de 8 canais, compre na Big Buy, A / D e D / A conversor para virtualmente qualquer gravação digital / ambiente mistura;</li> <li>- 8 state-of-the-art, studio-grade IMP "Invisible" Mic Preamps;</li> <li>- Phantom power em todas as entradas de microfone;</li> <li>- Audiophile 24-bit A / D e D / A conversores para a integridade do sinal final;</li> <li>Processos de 44,1 e 48 kHz Taxas de amostragem;</li> <li>- Sincronização externa, compre na Big Buy, taxa de amostra via wordclock ou entrada ADAT;</li> <li>- ADAT Optical in / out interface para a total compatibilidade;</li> <li>- Todas as entradas mic / line são direcionadas para a saída ADAT;</li> <li>- Entrada de ADAT pode ser encaminhado para todas as saídas de linha;</li> </ul>	01
03	<p><b>Cabo Óptico para Mixer Digital</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cabo de fibra óptica para áudio;</li> <li>- 02 conectores de fibra cóptica polida, transferência máxima de sinal, baixa reflexão interna e máxima qualidade de áudio digital;</li> <li>- Cabo industrializado, com alta resistência mecânica e capa de PVC de alta flexibilidade que proporciona facilidade na instalação;</li> <li>- Tampas de proteção nas 2 extremidades do cabo para evitar danos nos conectores;</li> <li>- Comprimento: 2 metros;</li> <li>- Cor do cabo: preto.</li> </ul>	01
04	<p><b>NoBreak 1200va</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Bivolt automático: entrada 115/127V~ ou 220V~ e saída 115V~.</li> <li>- Filtro de linha;</li> <li>- Estabilizador interno com 4 estágios de regulação.</li> <li>- Forma de onda senoidal por aproximação (retangular PWM).</li> <li>- DC Start: permite que o nobreak seja ligado na ausência de rede elétrica.</li> <li>- Autodiagnóstico de bateria.</li> <li>- Recarga automática das baterias em 4 estágios,</li> </ul>	03

	<p>mesmo com o nobreak desligado.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Recarregador Strong Charger: possibilita a recarga das baterias mesmo com níveis muito baixos de carga.</li> <li>- True RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica e possibilita a atuação precisa do equipamento. Ideal para redes instáveis ou com geradores de energia elétrica.</li> <li>- Microprocessador RISC/FLASH de alta velocidade: aumenta a confiabilidade e o desempenho do circuito eletrônico interno.</li> <li>- Autoteste: ao ser ligado, o nobreak testa os circuitos internos, garantindo assim o seu funcionamento ideal.</li> <li>- Interativo - regulação on-line.</li> <li>- Inversor sincronizado com a rede (sistema PLL).</li> <li>- Circuito desmagnetizador: garante o valor de tensão adequado para equipamentos de informática, áudio e vídeo (cargas não lineares).</li> <li>- Led colorido no painel frontal: indica as condições de funcionamento do nobreak - modo rede, modo inversor/bateria, final de autonomia, subtensão, sobretensão, entre outras informações.</li> <li>- Alarme audiovisual: para sinalização de eventos como queda de rede, subtensão e sobretensão, fim do tempo de autonomia e final de vida útil da bateria, entre outras informações.</li> <li>- Chave liga/desliga embutida: evita o acionamento ou desacionamento acidental.</li> <li>- Porta fusível externo com unidade reserva.</li> </ul>	
05	<p><b>Mão-de-Obra</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Para instalação e funcionamento de todos os equipamentos constantes neste Termo de Referência.</li> </ul>	01

#### 4 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 - Fornecer os equipamentos de acordo com as especificações e condições expressas neste termo de referência e no edital, bem como da sua instalação, manutenção e treinamento necessários à operacionalidade técnica, respeitando as normas da ABNT, bem como as portarias do INMETRO em vigor, no que couber;

4.2 - A licitante vencedora terá até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da nota de empenho, para entregar o produto, e de até 10 (dez) dias úteis para a sua instalação. Caso a entrega e instalação não seja feita dentro do prazo sem justificativas plausíveis, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital".

4.3 - O adjudicatário deverá entregar os equipamentos instalados adequadamente, acompanhados da nota de empenho e nota fiscal para conferência, no Núcleo de Comunicação Social, localizado na Av. T-1, esquina com T-51, Lotes 1 a 24, Quadra T-51, Setor Bueno - Goiânia/GO, no período das 8 às 18 horas, em dias úteis.

4.4 - Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos e outros;

4.5 - Assumir integral responsabilidade pela qualidade do produto, como pelos danos causados, direta ou indiretamente, decorrentes da entrega desse;

4.6 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, o material que apresentar alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigidas neste termo de referência, durante o período de garantia dos equipamentos;

4.7 - Manter atualizada, durante a vigência contratual, a Certidão Negativa de Débito - CND junto ao INSS, Certificado de Regularidade - CRF do FGTS, a certidão de Regularidade junto à Fazenda Federal e a CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

4.8 - Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do material adquirido, nos termos do art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93;

4.9 - Emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;

4.10 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar, diretamente ao contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeita;

4.11 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços

executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo com o contratante.

## **5 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E FORMA DE FORNECIMENTO**

5.1 Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, o objeto desta contratação será recebido da seguinte forma:

5.1.1 **Provisoriamente**, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações; e

5.1.2 **Definitivamente**, em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, e da instalação após a verificação da qualidade do objeto e conformidade com as especificações.

5.2. Os equipamentos deverão ser entregues, instalados, configurados e integrados ao ambiente do CONTRATANTE.

5.3. Todo o material utilizado para a instalação e integração do equipamento à estrutura já existente será de responsabilidade da CONTRATADA.

## **6 - DO REAJUSTE**

6.1 - Os preços ofertados nesta licitação manter-se-ão fixos.

## **7 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

7.1 - Será emitida nota de empenho em favor da empresa adjudicatária, após a homologação da licitação, caso se efetive a contratação.

7.2 - O pagamento será efetuado até o quinto dia útil, nos casos em que o valor contratado estiver dentro do limite da dispensa de licitação, previsto no inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93 e até o décimo dia útil acima deste limite, após a entrega e instalação dos equipamentos, mediante seu recebimento definitivo e com a apresentação da correspondente nota fiscal/fatura ou congênera atestada pela autoridade competente, ocasião em que se verificará a regularidade fiscal dos documentos elencados no item 4.7";

7.3 - O contratado deverá, obrigatoriamente, possuir conta bancária vinculada ao seu CNPJ, ficando o pagamento condicionado à informação dos dados dessa conta na nota fiscal;

7.4 - Para execução do pagamento, o contratado deverá fazer constar da nota fiscal/fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, CNPJ nº 02.395.868/0001-63, o nome do Banco, o número de sua conta bancária e a respectiva Agência. Caso o contratado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES deverá apresentar juntamente com a nota fiscal/fatura a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;

7.5 - Na ocorrência da rejeição de nota fiscal/fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no subitem 7.2 passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, examinadas as causas da recusa;

7.6 - Todos os pagamentos serão submetidos ao que estabelece a Instrução Normativa nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 da Secretaria da Receita Federal, publicada no DOU de 12 de janeiro de 2012.

7.7 - Em cumprimento à Instrução Normativa nº 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal, este Tribunal reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observados os procedimentos previstos na referida Instrução Normativa;

7.7.1 Não serão retidos os valores correspondentes ao IRPJ e às contribuições de que trata a Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, nos pagamentos efetuados a:

7.7.1.1 instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10/12/1997;

7.7.1.2 instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997; e

7.7.1.3 pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições

Proc. TRT/18ª nº 1440/2013

devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias.

7.7.2 Para efeito do disposto no subitem acima, a empresa vencedora deverá apresentar, a cada pagamento, declaração ao Contratante, na forma dos Anexos II, III e IV da referida Instrução Normativa, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal.

7.8 - A empresa vencedora do certame deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;

7.9 - Por razões de ordem legal e orçamentária que regem as atividades da Administração Pública, os serviços efetuados em determinado exercício (ano civil) não poderão ser faturados tendo como referência o ano seguinte.

## **8 - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

8.1 - As sanções serão previstas no edital, ficando estabelecido, quanto à multa que:

8.1.1 - Expirado o prazo da entrega e instalação do material, sem a sua efetivação, e o não cumprimento dos demais prazos estipulados na nota de empenho, aplicar-se-á a multa de três décimos por cento por dia de atraso sobre o valor da nota de empenho, observado o limite de dez por cento, salvo se o atraso advier de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovado e acatado pela Administração.

## **9 - CRITÉRIO PARA JULGAMENTO**

9.1 - No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que apresentar as especificações contidas neste Termo de Referência e ofertar o menor preço global. Não é possível o fracionamento dos itens solicitados tendo em vista a incompatibilidade técnica e operacional.

## **10 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1 - A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Chefe do Núcleo de Comunicação Social do CONTRATANTE, Márcia Divina Bueno Rosa ou seu substituto legal, Ivo de Oliveira dos Santos, indicado na forma do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e de acordo com a Portaria TRT 18ª GP/DG nº 147/07, ao qual caberá, também:

10.1.1 - não permitir assistência técnica, de espécie alguma, por pessoas não autorizadas pela CONTRATADA;

10.1.2 - zelar pela segurança dos materiais, não permitindo seu manuseio por pessoas não habilitadas;

10.1.3 - comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na entrega dos materiais da presente contratação;

10.1.4 - acompanhar e fiscalizar o(s) empregado(s) da CONTRATADA durante a entrega e instalação;

10.1.5 - sustar a aquisição dos materiais por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida;

10.1.6 - emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à presente aquisição, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.

## **11 - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA TÉCNICA**

11.1 - O prazo de garantia mínimo do equipamento, instalação e funcionamento, relativa a defeitos aparentes e ocultos será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir de seu recebimento definitivo. Importante destacar que a empresa contratada se obriga a manter assistência técnica permanente na cidade-sede do contratante.

11.2 - As peças, partes de peças, componentes e outros materiais necessários para execução da garantia devem ser originais, admitindo-se substituição por similar de boa qualidade, apenas quando a CONTRATADA não visar a redução de custos para si e houver justificativa escrita prévia, fundamentada e aceita pelo CONTRATANTE;

11.3 - O CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a comprovação da procedência original de peças, partes de peças, componentes e outros materiais necessários, inclusive através de Notas Fiscais.

## **12 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

12.1 - A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica, compatível com o objeto da licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

## **13 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

13.1 - A empresa interessada no certame deverá conhecer, antes do processo licitatório, a configuração atual dos equipamentos e outros detalhes técnicos necessários à execução dos serviços, sob orientação do Núcleo de Comunicação Social (e/ou área equivalente e interessada no órgão participante). A comprovação da vistoria técnica se dará por meio do Atestado de Vistoria emitido pelo CONTRATANTE.